

Zenildo comandou a pressão sobre Itamar

ZENAIDE AZEREDO

O aumento real de 23,6% dado pela Câmara e pelo Supremo Tribunal Federal aos deputados federais e juízes levou os ministros militares a solicitarem uma audiência ao presidente Itamar Franco, ontem, no início da noite, no Palácio do Planalto. Os ministros manifestaram a "preocupação" do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e do Emfa com o futuro do plano econômico, tendo em vista os aumentos salariais "tomados isoladamente por outros dois poderes".

Esses são os termos de um aviso do ministro Zenildo de Lucena, endereçado aos seus colegas de farda, comunicando a ocorrência do pedido de audiência ao Presidente, assim como seus motivos, levando a crer que a iniciativa do encontro partiu do Ministério do Exército. Em poucas linhas, o ministro Zenildo referiu-se à ocorrência da reunião, sem citar nominalmente a Câmara dos Deputados e o STF, autores dos reajustes considerados abusivos.

Segundo uma fonte militar, a aprovação do aumento, pelos parlamentares, vai provocar um reajuste em cadeia dos salários de várias categorias de servidores públicos, como aqueles lotados nas estatais, com vencimentos já considerados elevados pelos militares.

Insatisfação — Os ministros querem que Itamar faça um esforço político para não deixar passar o reajuste de 35% no Senado, caso contrário, não poderão responder pela tropa, insatisfeita com os soldos e indignada com a atitude dos ministros do STF e parlamentares da Câmara.

Descontentes com sua remuneração, há algum tempo, o aumento de salário dos deputados para CR\$ 4,5 mil foi a gota d'água no humor dos militares. Embora o salário dos ministros de Estado também aumente, os ministros militares mandaram um recado ao Congresso segundo o qual eles não estão interessados em tal aumento, pois não podem repassá-lo à tropa, onde reside a maior insatisfação com o nível salarial mantido pelo Governo.

Com a URV, a remuneração de um general-de-exército e seus similares na Marinha e Aeronáutica chegará, em março, a 2 mil URVs, um patamar já alcançado por outras carreiras como a dos servidores da Polícia Federal, de auditor fiscal, de fiscal previdenciário e do trabalho, de procurador autárquico do INSS e de analistas de finanças do TCU, além naturalmente, de membros do Judiciário e do Legislativo.

"Estamos ganhando mal", desabafou anteontem o ministro da Marinha, almirante Ivan Serpa. Ele referiu-se à remuneração de um almirante-de-esquadra (mais alto posto da Marinha). A cada ano, sobretudo a partir do governo Collor, segundo o ministro, seus salários se deterioraram acentuadamente.

Também o ministro do Exército, general Zenildo de Lucena, não escondeu sua inquietação, semana passada. "Nossos salários estão baixos", avisou.

O ministro-chefe do Emfa, ao saber do veto, além de criticar a Câmara, lembrou que a medida provisória da URV está em vigor e que, portanto, tem força de lei, impedindo que os salários sejam mudados.